

DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E JUSTIÇA ELEITORAL DESAFIOS E PERSPECTIVAS

PREFÁCIO

Alexandre de Moraes

ORGANIZADORES

André Ramos Tavares

William Akerman



SUMÁRIO

PREFÁCIO	3
ORGANIZADORES e AUTORES	5
1. Novos desafios eleitorais na era digital: <i>deep fake</i>, <i>microtargeting</i>, <i>bots</i>, <i>nick names</i>, <i>phishing</i>, <i>likes</i>...	17
<i>André Ramos Tavares</i>	
1. Identificando o que está em jogo no processo eleitoral na era digital	17
2. De qual liberdade em rede estamos falando?	21
3. A desinformação se integrou como um novo paradigma dos novos meios comunicacionais	25
3.1. Perfis falsos e o selo de “verificado” das plataformas digitais	30
3.2. As propostas de vedação do anonimato no meio digital	35
4. Considerações finais sobre as novas formas de coerção em um mundo conectado	37
Referências	39
2. Direitos fundamentais e procedimentos democráticos: entrelaçando história, teoria e prática na construção da democracia representativa contemporânea	41
<i>André de Carvalho Ramos Daniela Bucci</i>	
1. Introdução	41
2. Democracia e aristocracia: análise histórica das eleições na Europa e nos Estados Unidos da América	43
2.1. França e Inglaterra	45
2.2. Estados Unidos da América	47
3. Eleições nos séculos XVIII-XIX	49
4. Os séculos XX e XXI: a democracia em seu sentido internacional	52
5. A Carta Democrática Interamericana e a luta pela justiça social	57
6. Conclusão	60
Referências	61
3. A importância da observação eleitoral para fortalecer a democracia e a integridade do processo eleitoral no Brasil	63
<i>Jesús Delgado Valery Juliana Cardoso Ribeiro Bastos</i>	
1. Introdução	63
2. A integridade do processo eleitoral e a boa governança democrática	65
3. Ciclo eleitoral	68

4.	A importância das missões eleitorais no fortalecimento da democracia	69
4.1.	O impacto da observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos	70
5.	A democracia brasileira à luz da Constituição de 1988	73
5.1.	O sentido de democracia	73
5.2.	A democracia brasileira e os direitos políticos	75
5.3.	A observação eleitoral no Brasil	77
6.	Conclusões	82
	Referências	83
4.	Os impactos da inteligência artificial no modelo constitucional de proteção das eleições	85
	<i>Frederico Franco Alvim Rafael Rubio Núñez Vitor de Andrade Monteiro</i>	
1.	Introdução	86
2.	O modelo constitucional da proteção das eleições	92
3.	A inteligência artificial e suas aplicações no universo eleitoral	96
4.	Reflexos da IA no esquema de proteção das eleições	101
5.	Conclusão	105
	Referências	111
5.	A desordem informacional como núcleo do abuso de poder: desafios à proteção da normalidade eleitoral na democracia hiperconectada	119
	<i>Benedito Gonçalves Roberto Maia Gresta</i>	
1.	Introdução	119
2.	Normalidade eleitoral e abuso de poder na sociedade hiperconectada	122
2.1.	Aportes jurídicos: limites da liberdade de expressão no ordenamento jurídico brasileiro	124
2.2.	Aportes empíricos: alastramento do fenômeno da desinformação pela internet e seus impactos cognitivos e políticos	129
2.3.	Aportes filosóficos: a desordem informacional como degradação da normatividade epistêmica pela normatividade de coordenação	135
3.	Parâmetro para a responsabilização de candidatas, candidatos e agentes públicos pela desordem informacional	141
4.	Considerações finais	143
	Referências	145
6.	Desordem informacional no processo eleitoral	147
	<i>Walber de Moura Aguiar Camilla de Freitas Gandim</i>	
1.	Introdução	147
2.	Infoesfera, liberdade de expressão e democracia	149

3.	Abuso de poder no processo eleitoral	153
3.1.	Noções introdutórias	153
3.2.	Abuso do poder político, econômico e por uso indevido de meios de comunicação	157
4.	Desordem e abuso informacional	159
4.1.	Desordem informacional no processo eleitoral: uma conceituação necessária	159
4.2.	Abuso informacional: gravidade, potencialidade e especificidade das circunstâncias para configuração da desordem no processo eleitoral	165
5.	Conclusão	170
	Referências	171
7.	Comunicação social da era digital: modelo de negócio e risco sistêmico	175
	<i>Márida de Paula Silveira</i>	
1.	Introdução	175
2.	Instabilidade da democracia liberal e multiplicidade de fatores	177
3.	Os alicerces morais: uma reflexão a partir de um marco teórico	180
4.	Distribuição de conteúdo: biblioteca de conhecimento ou de infinitas justificativas?	184
5.	Conclusão	190
	Referências	191
8.	Ética, estética e eficácia da democracia substancial: inclusão e diversidade da sociedade atomizada pelas redes sociais	195
	<i>Edilene Lôbo</i>	
1.	Introdução	195
2.	Ética e efetividade dos direitos na democracia substancial	196
2.1.	Pluralidade e estética do poder	197
3.	Inclusão e diversidade como vetores de diálogo constitucional	199
3.1.	Democracia desfigurada pelo apagamento de raça e de gênero nos espaços decisórios	201
3.2.	(In)eficácia da democracia substancial	204
3.3.	Prosperidade pela diversidade	205
4.	Vedação ao retrocesso: a caminho da paridade substancial	206
4.1.	A distribuição de riqueza, o enfrentamento da violência política, a aceleração da paridade e o encontro marcado com a equidade	208
4.2.	Contracorrente: proteger as mulheres é tarefa do sistema	209
4.3.	Letramento crítico de raça e de gênero para implementação de direitos fundamentais	210
5.	Notas finais: mundo digital e educação para a diversidade	212
	Referências	216

9. Incentivo à participação dos povos originários no processo eleitoral: a Consulta nº 0600222-07.2023.6.00.0000	221
<i>Kassio Nunes Marques</i>	
1. Introdução	221
2. Consulta ao Tribunal Superior Eleitoral: indagações formuladas	222
3. Diversidade que potencializa a inclusão	223
4. Proteção e inclusão dos povos originários	225
5. Igualização dinâmica: representatividade e participação política dos povos originários	227
6. Extensão aos povos indígenas do que é garantido às pessoas negras quanto ao financiamento de campanha e ao tempo de propaganda eleitoral	229
7. Considerações finais	234
Referências	234
10. Diálogos constitucionais em prol da participação eleitoral de mulheres, negros e indígenas	237
<i>William Akerman</i>	
1. Introdução	237
2. Entre a sentença e a lei	239
3. Teorias da última palavra e teorias dos diálogos constitucionais	240
4. Diálogos institucionais sobre participação eleitoral de mulheres, negros e indígenas	245
4.1. Reserva e financiamento de candidaturas femininas	247
4.2. Incentivo à participação política de negros e indígenas	252
5. Considerações finais	259
Referências	260
11. Reeleição para os mandatos do Executivo e seus reflexos no sistema de inelegibilidades: um capítulo ainda inacabado da jurisprudência eleitoral	263
<i>Luciana Lóssio</i>	
1. Introdução	263
2. Reeleição de vice que substitui o titular nos seis meses anteriores ao pleito	265
3. Elegibilidade do vice que substitui o titular em um primeiro mandato, sucede no segundo e disputa a reeleição como titular para o período subsequente	270
4. Elegibilidade do vice que substitui o titular em um primeiro mandato, se elege titular no mandato subsequente e concorre à reeleição para a Chefia do Executivo	272
5. Elegibilidade de vereador que substitui o Chefe do Executivo em um primeiro mandato, se elege prefeito no mandato subsequente e concorre à reeleição	281
6. Inelegibilidade de vereador que substitui o Chefe do Executivo no período que antecede o pleito e concorre para a reeleição no Legislativo	284

7. Conclusão	286
Referências	286
12. A interferência das organizações criminosas no processo eleitoral	289
<i>Rodrigo López Zilio</i>	
1. Introdução	289
2. Os desafios contemporâneos à higidez do processo eleitoral	290
3. Organizações criminosas, facções, milícias e formas de interferência do processo eleitoral	294
4. Arranjo normativo eleitoral: as respostas possíveis	300
5. Conclusão	312
Referências	314
13. Competência criminal da Justiça Eleitoral: a questão do crime conexo	319
<i>José Jairo Gomes</i>	
1. O devido processo penal e a garantia do juiz natural	319
2. A competência criminal da justiça eleitoral	322
3. Conexão e <i>simultaneus processus</i>	332
4. Etapas lógicas de análise da conexão	334
4.1. Imputação de crime eleitoral	334
4.2. Relação de conexão entre os crimes considerados	336
4.3. Reunião ou separação de processos?	342
5. A questão da nulidade processual	344
6. Conflito aparente de normas: absorção do crime eleitoral pelo comum	348
7. Perpetuação da jurisdição eleitoral	349
8. Conclusão	351
Referências	352
14. O outro lado da moeda quanto à competência da Justiça Eleitoral: a compreensão do Supremo quanto aos crimes conexos com os eleitorais e as tensões com o titular da ação penal pública	355
<i>William Akerman Priscila Machado Akerman</i>	
1. Introdução	356
2. Competência criminal da justiça eleitoral segundo a compreensão do Supremo	356
3. Exercício da titularidade da ação penal pública ao arrepio da competência de jurisdição estabelecida a partir da Constituição: o debate posto?	359
4. Preservação da competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes comuns conexos aos eleitorais	361
5. Conclusão	369
Referências	370

15. A inelegibilidade como condição indispensável à aplicabilidade do acordo de não persecução penal aos crimes eleitorais	373
<i>Silmar Fernandes Fernanda Rocha Martins</i>	
1. Introdução	373
2. O acordo de não persecução penal	374
3. Os crimes eleitorais	381
4. A inelegibilidade como condição indispensável à aplicabilidade do ANPP aos crimes eleitorais	383
5. Conclusão	392
Referências	393
 16. O debate sobre a licitude da prova consistente em gravação ambiental eleitoral: um estudo crítico ao resultado do julgamento do RE nº 1.040.515/SE	 395
<i>Francisco Gonçalves Simões</i>	
1. Introdução	395
2. O estado da arte	396
3. O questionamento proposto	401
4. A diferenciação entre ilícitos eleitorais e crimes eleitorais	402
5. Uma questão – ignorada – de coerência	409
6. Conclusão	422
Referências	424
 17. Situaciones de emergencia y elecciones: las lecciones de la pandemia	 427
<i>Carlos Vidal Prado</i>	
1. ¿Es mejor suspender las elecciones o celebrarlas a pesar de una situación de emergencia sanitaria?	427
2. La doctrina de la comisión de venecia sobre la suspensión de procesos electorales en situaciones de emergencia	431
3. La suspensión de procesos electorales en galicia, país Vasco y Cataluña	436
4. Ausencia de cobertura legal y propuestas normativas	440
Referencias	447